

I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL ANTIRRACISTA DIANTE DOS IMPACTOS DA CRISE ECOLÓGICA.

Sessão temática 03 – Trabalho, Formação profissional e luta antirracista.

Gisele Figueiredo Assis Siqueira, (Universidade Federal Fluminense)¹

giselefas@id.uff.br

Maria Fernanda Rodrigues de Oliveira, (Universidade Federal Fluminense)²

mfroliveira@id.uff.br

Marina Garcia Venerabile, (Universidade Federal Fluminense)³

marinavenerabile@id.uff.br

RESUMO

Diante da crise ecológica como produto do capitalismo, e de seus impactos socioambientais, que no Brasil, país dependente, tem características particulares, considerando o racismo ambiental e a atuação do Serviço Social enquanto profissão interventiva alinhada a um projeto ético-político, é necessária uma formação antirracista considerando o tripé ensino, pesquisa e extensão como aliado.

PALAVRAS-CHAVE:

Extensão. Antirracismo. Questão ambiental.

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA.

O presente texto foi desenvolvido a partir de uma reflexão e acúmulo teórico gerados a partir da experiência em um projeto de extensão universitária na Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF).

O Serviço Social é uma profissão que busca intervir nas expressões da “questão social”. Portanto, diante do atual contexto de crise econômica, política, social e ambiental, e dos recentes desastres socioambientais como enchentes, rompimentos de barragens e deslizamentos, assistentes sociais têm sido requisitadas a lidar com os impactos sociais dos eventos climáticos. Diante dessa conjuntura, é importante ressaltar que os impactos atingem de forma mais grave a população negra, bem como mulheres e a população periférica, por isso faz-se imprescindível uma formação profissional antirracista.

Ancorada no tripé ensino, pesquisa e extensão, a universidade pública desempenha papel



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

estratégico na produção de conhecimento crítico e na disseminação do mesmo, articulado com a necessidade de aprofundamento dos debates sobre temáticas de relevância para a sociedade. Neste contexto, destacamos a experiência da extensão universitária “Movimentos Ecológicos e Direitos Ambientais”, desenvolvida no âmbito da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF – campus de Niterói). De caráter interdisciplinar, a iniciativa reúne estudantes de diferentes áreas do conhecimento, como Serviço Social, Direito e Arquitetura. Esta iniciativa tem operado como uma mediação dialógica entre universidade e sociedade, convocando a urgência de recuperar saberes e práticas dos movimentos ecológicos, que resistem na defesa de uma relação respeitosa entre seres humanos e o meio ambiente.

RESULTADOS

No Brasil, levando em conta a sua formação social e a inserção na economia internacional, enquanto um país de capitalismo dependente (Marini, 2005), segundo Florestan Fernandes (1975), o país é marcado por uma condição colonial permanente, que se reflete a partir da manutenção de aspectos conservadores e arcaicos do período colonial escravista nas relações sociais, culturais e políticas. Sendo assim, diante das particularidades brasileiras, o racismo, que é uma construção social, se expressa de forma estrutural no país.

Conforme as análises de Clóvis Moura (1994), o racismo, utilizado como arma ideológica de dominação, serviu como justificativa para a colonização e escravização de povos africanos e indígenas, utilizando-se da estigmatização difundida por intelectuais europeus, e em sua obra “Dialética radical do Brasil Negro” (Moura, 2014) o autor analisa como o racismo funciona como um elemento fundamental da sociabilidade capitalista. Fernandes (1989) também acrescenta na análise da influência do racismo no país quando apresenta o debate sobre a “falsa abolição”, trazendo a tona o mito da democracia racial, já que, apesar da igualdade jurídico-formal na legislação brasileira, como apontado pelos autores acima citados, o racismo é pilar da sociedade capitalista, portanto não é possível existir uma democracia racial de fato neste modelo societário.

Além disso, diante da lógica de reprodução do modo de produção capitalista, as mudanças climáticas devido a exploração de recursos naturais e liberação de gases de efeito estufa, têm se tornado cada vez mais aceleradas, o que leva ao atual estágio de crise ecológica que estamos vivenciando. Nessa perspectiva, os países de capitalismo dependente são atravessados pelos impactos dos eventos climáticos de forma diferente do que nos países de capitalismo central. Isso



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

se deve pela condição de superexploração, uma das características associadas à dependência dos países do Sul global, levando a impactos socioambientais mais constantes e intensos nesses territórios.

Sendo assim, mediante o cenário de crise ecológica, faz-se fulcral pensar o trabalho de assistentes sociais frente a essa problemática e os seus atravessamentos no cotidiano da sociedade brasileira, tendo como norte o projeto ético-político e o aporte teórico-metodológico orientado pelo materialismo histórico-dialético, que permite analisar o modelo econômico capitalista enquanto um modelo exploratório não somente de indivíduos, mas também dos recursos naturais, considerando a particularidade do sistema na formação social brasileira.

As atividades desenvolvidas nesta extensão visam tanto a compreensão acerca da relação do capitalismo com a invisibilização de meios de vida alternativos à forma mercadológica, quanto da relação entre a intensificação da crise ecológica com o que é objeto da intervenção profissional do Serviço Social. Deste modo, compreendendo as diversas estratégias de reinvenção do capitalismo em seus ciclos de produção de desigualdade, é primordial refletir sobre a formação de assistentes sociais, tanto no âmbito da graduação quanto no processo de formação continuada. Esse movimento faz-se importante uma vez que atuantes nas políticas sociais, que são espaços de disputas de interesses de classe, é necessário que este profissional se atente às implicações políticas do exercício profissional, para arquitetar possibilidades de transformação da sociedade (Yazbek, 2014 p. 681), que se relaciona ao horizonte ético-político desta profissão.

Nesse sentido, a extensão organiza ciclos de debates e visitas a iniciativas locais ecológicas. Destacam-se a “Oficina de Compostagem”, que ocorreu no projeto “Roda Verde” que recolhe toneladas de resíduos orgânicos na cidade de Niterói e transforma em material rico para plantio e nutrição de solo fértil, sendo uma prática milenar de gestão de resíduos. Além disso, a visita a uma ecovila local que desenvolve oficinas de bioconstrução, foi outra atividade desenvolvida, onde os participantes tiveram contato com a prática que consiste em uma alternativa ao modelo hegemônico da construção civil baseada na lógica mercadológica da alvenaria. Essa proposta surge do entendimento de que os saberes e as tecnologias ancestrais de interação respeitosa entre o ser humano e a natureza, ainda preservados por movimentos ecológicos, pelos povos indígenas e quilombolas, foram hegemonicamente substituídos por formas mercantilizadas de reprodução da vida, orientadas pela lógica de maior geração de lucro.



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

Além destas atividades, integrantes da extensão vem produzindo trabalhos de conclusão de curso na temática socioambiental, e outras pesquisas em áreas afins, bem como a participação em eventos e submissão de trabalhos para disseminar conhecimento da temática dentro do ambiente acadêmico, com a perspectiva crítica e dialética da teoria marxista. Assim, conforme já discutido, o racismo ambiental, como objeto de intervenção do trabalho de assistentes sociais, está imbricado nas múltiplas expressões de precarização da vida resultante da lógica de acumulação capitalista. Isso ocorre porque a degradação ambiental e a intensificação da crise ecológica não impactam de maneira homogênea toda a população. Conforme afirma Saito, “o capital não hesita em explorar a natureza de modo cada vez mais extensivo e intensivo, sem calcular os encargos adicionais ao ecossistema” (Saito, 2021, p. 173), tão pouco as condições objetivas daqueles que compõem este ecossistema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão que se insere nas atividades desta extensão, contudo, se desdobram nessa subjacente ligação da luta por justiça climática com a luta pelos direitos da natureza. O debate promovido sobre compostagem suscitou uma reflexão crítica acerca da gestão de resíduos sólidos no município de Niterói. A atual forma de manejo expõe de maneira desproporcional as regiões periféricas desta e de outras cidades ao contato direto com os resíduos recolhidos no território, acarretando riscos significativos à saúde dos que residem próximo aos “lixões”, devido ao risco de proliferação de doenças provenientes da poluição ocasionada por estes resíduos e pela presença de parasitas e outros agentes patogênicos. Sob essa perspectiva, a compostagem, além de não demandar grandes extensões territoriais, é capaz de processar toneladas de resíduos orgânicos de forma eficiente, possibilitando o tratamento descentralizado dos resíduos conforme as características de consumo de cada localidade, devolvendo compostos orgânicos que poderiam servir como adubo para canteiros e hortas da cidade e para os Niteroienses.

Diante da reflexão apresentada, faz-se necessária compreensão da relação de interdependência entre a proteção ambiental e a garantia dos direitos humanos, em um viés democrático e emancipatório, pois, conforme sinaliza Engels (1876), a natureza integra a práxis humana, já que, através do trabalho, o homem transforma a natureza, bem como a si mesmo e a sociedade em que vive, a fim de atender às suas necessidades. Nesse viés, a prática profissional de assistentes sociais, carece de uma formação qualificada e comprometida com a análise



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

macrossocietária de forma crítica, partindo do método materialista histórico-dialético, contribuindo para que a prática esteja alinhada aos princípios do Código de Ética de 1993 e ao projeto ético-político da profissão, que está indissociado os projetos societários em disputa, conforme discorre o CFESS (2012). Cabe assim recordar que para efetivação de tal projeto, a atuação deve sempre valorar a unidade entre as dimensões teórica-metodológica, ético-política e técnico-operativa, como pontua Santos (2013).

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Atribuições Privativas do/a Assistente Social em questão.** Brasília: CFESS. 2012. Disponível em: <atribuicoes2012-completo.pdf> . Acesso em: 28 abr. 2025.

ENGELS, F. **Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem.** 1876. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>> . Acesso em: 28 abr. 2025.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, F. **Significado do protesto negro.** São Paulo: Cortez Editora, 1989.

SAITO, K. **O ecossocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política.** Trad. de Pedro Davoglio. São Paulo: Boitempo, 2021, p.154-175.

SANTOS, C. M. **A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social.** Revista Conexão Geraes, Belo Horizonte: CRESS-MG, ano 2, v. 2, n. 3, 2º semestre, 2013.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência.** In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MOURA, C. **O racismo como arma ideológica de dominação.** Revista Princípio, São Paulo, n. 34, 1994.

MOURA, C. **Dialética radical do Brasil Negro.** São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.

YAZBEK, M. C. **A dimensão Política do Trabalho do Assistente Social.** In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/4RNYGqckdySpPrJ6cTmsBSQ/>. Acesso em: 30 de abril de 2025.

